

Os desafios brasileiros para além da retórica diplomática

» DENILDE HOLZHACKER
Diretora de Pesquisa e Pós-graduação stricto sensu da ESPM

Em 2023, o Itamaraty celebrou o “ano da reconstrução da política externa”, em que o Brasil passou a novamente ser ouvido nos grandes fóruns globais. Sob a retomada da diplomacia presidencial, o país assumiu a presidência do G20, voltou à mesa do G7, presidiu o Mercosul, sediou a 1ª Cúpula da Amazônia e foi escolhido para sediar a COP-30 em Belém. O Brasil parecia pronto para retomar seu protagonismo internacional e influenciar discussões globais sobre segurança internacional, clima, desenvolvimento e comércio.

Porém, as ambições do governo brasileiro, de retomar o protagonismo e ser um porta-voz do Sul Global, enfrentaram dificuldades de concretização. A expectativa de que o Brasil pudesse desempenhar um papel central nas negociações globais não se realizou plenamente. Em vez disso, a percepção em 2024 é de que posicionamentos, por vezes ambíguos, têm diminuído o capital diplomático e o soft power brasileiro.

O governo brasileiro enfrentou críticas sobre suas posições em relação a conflitos globais, como a guerra entre Ucrânia e Rússia, o conflito Israel-Gaza e a situação política na Venezuela. A crítica de Zelensky ao Brasil, durante seu discurso na tribuna das Nações Unidas, na semana passada, reforçou a visão de que o país não tem desempenhado um papel central nas grandes crises globais. Ao contrário, o Brasil passou a ser visto, em certos círculos, como um ator secundário, com menos relevância do que se previa no início do governo Lula. A criação do grupo da paz, iniciativa de Brasil e China que teve adesão de outros países, é uma nova investida diplomática para colocar o Brasil no debate na busca de solução ao conflito.

No caso da Venezuela, as críticas se intensificaram após as eleições no país vizinho, expondo fragilidades na estratégia de liderança regional. As soluções propostas por Brasília não conseguiram alterar o curso cada vez mais autoritário do governo Maduro. Sendo o problema estratégico mais relevante da



agenda regional, a crise venezuelana testa a capacidade brasileira de exercer sua liderança, especialmente em termos de sua visão para solução de conflitos e apoio à democracia.

A proposta apresentada pelo governo brasileiro em Nova York, da necessidade de uma ação global no combate aos fatores que enfraquecem as instituições democráticas, suscitou ressalvas, já que não veio acompanhada de uma condenação explícita às situações na Venezuela, Nicarágua ou Rússia. Essa defesa seletiva de regimes enfraquece a imagem do Brasil como um porta-voz comprometido com a defesa da democracia contra extremismos e ações que corroem as instituições.

O discurso de Lula na abertura da Assembleia Geral da ONU, no último dia 24, pode ser entendido como um manifesto em prol de uma ordem internacional mais cooperativa.

mais uma vez, limitadas ao campo da retórica.

A política externa brasileira ainda não conseguiu atingir as altas expectativas estabelecidas em 2023. O diagnóstico do governo Lula sobre a necessidade de uma reforma das instituições multilaterais reflete os princípios históricos do Itamaraty. Embora com ambições legítimas, o governo precisa ajustar sua estratégia para não perder as oportunidades e conseguir se posicionar em um cenário de fragmentação e competição global.

As lições da história diplomática brasileira indicam que, para o país superar as percepções críticas e ter um papel relevante nas novas configurações da ordem internacional, será necessário mais do que discursos e boas intenções. O tempo de ajustes na estratégia do governo para garantir maior prestígio e protagonismo pode estar se esgotando.

Contudo, essa mensagem esbarra nos impasses atuais. Apesar do reconhecimento generalizado de que as organizações multilaterais não conseguem responder aos desafios de um ambiente de policrisis, as grandes potências têm preferido arranjos informais e alianças ad hoc. A reunião dos membros do Quad (Estados Unidos, Japão, Alemanha e Índia) exemplifica uma cooperação que ocorre à margem das grandes arenas multilaterais. Ao contrário do Brasil, a Índia, que mantém proximidade tanto com a Rússia quanto com os Estados Unidos, tem se destacado como uma interlocutora estratégica em diferentes fóruns de negociação.

Apesar desses desafios, o governo tem oportunidades de exercer um papel relevante na arena internacional. A presidência do G20 oferece uma chance para o Brasil destacar-se como mediador de consensos globais. Além disso, a COP-30, em 2025, será um teste crucial para o país mostrar sua liderança nas discussões ambientais, uma das áreas em que o país pode ter um impacto positivo. No entanto, sem avanços concretos nas políticas internas de desenvolvimento e sustentabilidade, o risco é de que essas oportunidades sejam,

Setembro Surdo: equidade como postulado básico para uma inclusão efetiva

» ROZANA REIGOTA NAVES
Professora do Instituto de Letras e reitora eleita da Universidade de Brasília (UnB)

O mês de setembro tradicionalmente marca a visibilidade da luta da comunidade surda por inclusão. Em particular, três datas traduzem esse movimento: 23 de setembro, Dia Internacional da Língua de Sinais; 26 de setembro, Dia Nacional do Surdo, coincidindo com o aniversário de fundação da primeira escola de surdos no Brasil (atualmente, o Instituto Nacional de Educação de Surdos — Ines); e 30 de setembro, Dia Internacional do Surdo e do Profissional Tradutor e Intérprete.

Os avanços no campo da educação de surdos após a promulgação da Lei nº 10.436/2002 e de sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005 são visíveis. Essas normas reconhecem a língua de sinais brasileira (Libras) como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas, assegurando o uso da Libras no atendimento a surdos pelo Poder Público e a sua inclusão nos currículos dos cursos de licenciatura, pedagogia e fonoaudiologia, além de regulamentar a formação do profissional intérprete.

A Lei de Libras constitui, portanto, o marco regulatório a partir do qual houve significativo impulso às políticas de inclusão de surdos na educação. A formação de professores por meio da criação de cursos de pedagogia bilíngue e de letras-Libras em várias partes do país, a contratação de intérpretes pelas instituições de educação superior e por

órgãos da administração pública, a política de cotas para a pessoa com deficiência no ingresso dos cursos de graduação, entre outras medidas, têm sido importantes para promover o acesso dos surdos à universidade.

Ações afirmativas dessa natureza, somadas à vanguarda da Universidade de Brasília nas pesquisas sobre esse tema, tornaram a UnB um espaço diverso, plural e inclusivo no que se refere à presença ativa e atuante da comunidade surda, representada principalmente no seu corpo docente e discente. Essa realidade exige, contudo, um compromisso institucional com a ampliação e a consolidação das políticas de diversidade, de acessibilidade e de direitos humanos, como forma de incrementar constantemente as condições de permanência e a garantia de direitos das pessoas surdas no ambiente universitário.

O programa escolhido pela comunidade para a próxima gestão da UnB apresenta, como um dos seus eixos estruturantes, a equidade como sendo o postulado básico de uma universidade inclusiva, plural, diversa e intercultural. Essa comunidade ousou imaginar e defender a promoção da equidade por meio da implementação de práticas de educação e de gestão antirracistas, antisssexistas e antipacifistas, na busca da coexistência respeitosa e do fortalecimento da sensação de pertencimento à universidade.

Alcançar esse ideal implica, de um lado, um trabalho político junto ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo para ampliar e fortalecer os cursos de graduação bilíngues (Libras-português), tanto no campo da pedagogia quanto das letras, e para reverter a extinção do cargo de tradutor intérprete de Libras resultante da vedação da abertura de concurso público e do provimento de vagas para esse cargo no âmbito do Decreto nº 10.185/2019. De outro lado, implica também implementar, internamente à universidade, uma política de acessibilidade linguística que possibilite eliminar as barreiras existentes para a inclusão efetiva dos surdos e surdocegos nas atividades acadêmicas e administrativas da UnB, nos seus quatro campi, e reconhecer o valor do trabalho dos profissionais intérpretes de Libras para assegurar a acessibilidade linguística de surdos às diferentes áreas do conhecimento.

Se a inclusão de surdos na universidade já se tornou uma realidade concreta, atuar pela promoção da equidade para a garantia dos direitos e da cidadania da pessoa surda no contexto educacional é urgente e traduz o senso de justiça que reconhece as características individuais e as demandas específicas dessas pessoas. E, claro, a participação dos surdos, enquanto sujeitos de direito, na proposição, discussão e implementação das políticas que lhes dizem respeito é fundamental.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

ONU: entre Leviatã e a Torre de Babel

Quem, por acaso, interessa-se pelas voltas que mundo dá percebeu, nessa altura dos acontecimentos, que a Organização das Nações Unidas (ONU) não consegue resolver nem ao menos mitigar o volume de problemas gravíssimos que, atualmente, assola nosso planeta, colocando a raça humana e todas espécies vivas em um limbo, entre sobreviver ou perecer.

Não bastassem os problemas catastróficos provocados pelas emissões de gases de efeito estufa e a crise climática desencadeada por um modelo econômico que depauperou o planeta, o que se observa é que essa organização parece ter se transformado em um tipo moderno de Torre de Babel. De fato, as nações ali reunidas, mesmo com os esforços de centenas de tradutores, não só não falavam a mesma língua como pareciam fazer questão de não se entender. A questão, por incrível que pareça, é política e mais precisamente ideológica.

Na 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, não foram poucos os líderes políticos que, do alto da tribuna planetária, não pouparam críticas a esse organismo. Acusaram a ONU, entre outras coisas, de ter se enveredado e sucumbido aos ditames da esquerda internacional, levando esse importante organismo a uma visão enviesada e perigosa do mundo atual. As críticas são muitas, e não necessariamente atuais.

Há tempos, os Estados Unidos, o país que mais tem contribuído para a manutenção da ONU, vêm reclamando da postura adotada pelo organismo, inclusive, ameaçando-o com cortes no financiamento. O mundo também tem notado essa guinada à esquerda feita pela ONU. Muitos observadores internacionais haviam alertado para o perigo que significava para as nações a guinada desse organismo multilateral para qualquer lado que o desviasse do foco da sua missão. Notem que, alguns anos atrás, um ex-presidente havia se referido à ONU como uma entidade “mais aparelhada pelas esquerdas do que universidades públicas”. Pelo sim, pelo não, o fato é que a atual postura da ONU, principalmente depois da elaboração da chamada Agenda 2030, de viés claramente, globalista, despertou a desconfiança de muitos de seus membros. Assim, esse seria a causa da debilidade atual da entidade em resolver os grandes e atuais problemas do planeta.

Não por outra razão, entre as falas proferidas na assembleia, o que mais tem chamado a atenção de todos é justamente o discurso do atual presidente argentino, Javier Milei. Ele começou seu pronunciamento se apresentando não como um político tradicional, mas como um economista liberal e libertário, que só se encontrava na posição de chefe do Estado daquele país por ampla vontade popular e para resolver o fracasso estrepitoso de mais de um século de políticas coletivistas que destruíram seu país.

Nessa condição, seu discurso fazia um alerta para toda a comunidade internacional sobre o caminho perigoso que, há décadas, a ONU vem percorrendo. Para ele, a entidade, por suas escolhas, corre o risco de falhar em sua missão original, que é a de trazer a paz mundial. “Não venho aqui dizer ao mundo o que deve ser feito, venho aqui alertar as nações sobre o que poderá ocorrer caso as Nações Unidas continuem a promover políticas coletivistas, de acordo com sua Agenda 2030”.

O mandatário argentino lembrou que um dos principais feitos da ONU foi a *Declaração dos Direitos Humanos*, em que está inscrito, numa pedra, que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Segundo Milei, foi justamente essa declaração que propiciou ao mundo viver um longo período de mais de 70 anos em paz e prosperidade. Esse período, segundo ele, foi também o de maior crescimento econômico da história humana. Além disso, foi um tempo em que as nações podiam dirimir seus conflitos por meio da cooperação, disse o presidente, acrescentando que, por esse motivo, foi possível fazer sentar à mesma mesa as cinco maiores nações do globo, apesar de seus interesses totalmente opostos.

Para Milei, infelizmente, toda essa criação e esforços desapareceram com o tempo. Segundo ele, naquela época, havia integração comercial. “Onde entra o comércio não entram as balas”, recordou, dizendo que o comércio é uma garantia da paz, e a liberdade é a garantia do comércio, sendo que a igualdade perante as leis propicia liberdade. Milei citou ainda o profeta Isaías, que disse: “Deus julgará entre as nações e arbitrará entre muitos povos. Eles forjarão suas espadas em relhas de arado, e suas lanças em podadeiras; a nação não empunhará a espada contra a nação, e eles nunca conhecerão a guerra novamente”.

Agora, o que se vê, de acordo com Milei, é que a ONU se transformou numa espécie de Leviatã de múltiplos tentáculos, que procura decidir o que cada Estado-nação deve fazer e como devem viver também todos os cidadãos do mundo. Dessa forma, apontou o presidente argentino, a ONU passou de um organismo que defendia a paz para ser uma entidade que busca impor uma agenda ideológica aos seus membros.

» A frase que foi pronunciada

“Um mundo com fome é perigoso... Sem comida se pode só fazer três coisas: revolta, emigração, morte.”

Josette Sheeran(PAM-ONU)

» História de Brasília

No dia em que os diretores do Banco do Brasil visitarem a obra do edifício central e os apartamentos que estão sendo construídos, como nós visitamos, será marcada a data da mudança do Banco para o Distrito Federal. (Publicada em 18/4/1962)